

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação a aspectos conceituais e práticos de contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 51** Caso um título de crédito se torne incobrável, sendo baixado do ativo por constituir uma perda de crédito da entidade, a representação desse evento deve ser feita por meio de um lançamento de primeira fórmula, sem impacto no montante do patrimônio da entidade.
- 52** Em razão de sua natureza e por representarem bens e direitos, contas ativas são sempre contas devedoras; conseqüentemente, por representarem obrigações da entidade, contas passivas ou do patrimônio líquido são sempre contas credoras.
- 53** A ciência contábil diferencia-se de outras ciências ligadas direta ou indiretamente à gestão das entidades por ter o patrimônio da entidade como objeto de estudo.
- 54** O conceito conhecido como equação fundamental do patrimônio, segundo o qual a soma das contas do grupo patrimonial ativo deve ser igual à soma das contas dos grupos patrimoniais passivo e patrimônio líquido, implica que todo débito em uma conta ativa deve ser seguido de crédito em uma conta passiva ou do patrimônio líquido.
- 55** Considere que uma entidade adquira um lote de determinado material destinado a uso próprio e que sobre a operação incidam ICMS e IPI, incorporados ao valor do bem adquirido, pois a entidade não tem direito de compensação; considere, ainda, que o frete seja assumido pelo fornecedor como sua despesa e que o pagamento seja feito à vista, em dinheiro. Nessa situação hipotética, está caracterizado um fato administrativo permutativo.

Espaço livre

Julgue os itens a seguir, relativos a operações contábeis diversas.

- 56** Considere que seja realizada uma exportação no valor de R\$ 225 mil, à taxa de R\$ 4,50/US\$ 1,00, com liquidação prevista para fevereiro do próximo exercício social, e que, no fechamento do exercício, a exportação ainda esteja pendente de liquidação e o dólar atinja R\$ 5,40/US\$ 1,00. Nesse caso hipotético, para o encerramento do exercício, a entidade deve registrar, em sua contabilidade, o que se expõe a seguir.

D – variação cambial passiva	R\$ 45.000
C – clientes no exterior	R\$ 45.000

- 57** Se o montante de salários dos funcionários de uma empresa somar R\$ 180 mil em determinado mês, então, para cumprir a competência mensal, o valor da provisão a ser constituída para fazer face à despesa de 13.º salários é de R\$ 15 mil.
- 58** Considere que certa entidade tenha quitado, em atraso, um título de R\$ 2.500 emitido por um de seus fornecedores, tendo incorrido em juros moratórios de R\$ 100. Nessa situação, o registro contábil dessa transação exigirá um débito na conta de disponibilidades, no valor de R\$ 2.600, um crédito na conta fornecedores, no valor de R\$ 2.500, e um crédito na conta de juros a transcorrer, no valor de R\$ 100.
- 59** Considere que uma entidade comercial adquira uma mercadoria para revenda tributada pelo ICMS e pelo IPI e que o valor do ICMS recuperável seja de R\$ 9.000; considere, também, que, dias depois, essa mercadoria seja vendida a um cliente, com ICMS de R\$ 12.600, sendo apurado o ICMS a recolher. Nessa hipótese, essas transações geram um débito e um crédito na conta de ICMS a recuperar, no valor de R\$ 9.000, e um crédito de R\$ 12.600 na conta de ICMS a recolher.
- 60** Suponha que, ao final de determinado mês, uma entidade verifique as seguintes ocorrências relativas à sua folha de pagamento, cujos valores estão em reais.

salários brutos	20.000
adiantamentos de salários realizados	2.000
INSS cota patronal	3.800
INSS cota empregados	1.600
IRRF empregados	1.400

Nessa situação hipotética, a contabilização da folha de pagamento da entidade gerará um saldo de salários a pagar no valor de R\$ 11.200.

- 61** Suponha que um veículo, adquirido por uma entidade há 2 anos por R\$ 75 mil, tenha sua vida útil avaliada em 5 anos e um valor residual de 20% de seu preço de aquisição ao final do uso produtivo. Nessa situação, a entidade proprietária do veículo deve, mensalmente, realizar a seguinte contabilização.

debite – despesa de depreciação
 credite – depreciação acumulada
 valor de R\$ 1.000,00

No que se refere ao uso e à elaboração do balancete de verificação contábil, do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício, julgue os itens subsequentes.

- 62** Para fins de levantamento da demonstração do resultado do exercício, contas de despesa, como juros incorridos e descontos concedidos, e contas de receita, como prêmios de resgate de títulos e debêntures e receitas de outros investimentos temporários, devem ser apresentadas como outros resultados operacionais.
- 63** Um balancete de verificação deve ter, no mínimo, duas colunas e, no máximo, oito colunas.
- 64** Balanço patrimonial é uma demonstração estática organizada por grau de liquidez, contas ativas, exigibilidade, contas passivas e patrimônio líquido, de acordo com o ciclo operacional da entidade que o reporta ou de acordo com o ano civil.

Julgue os itens a seguir, relativos a mensuração de ativos e passivos, patrimônios e suas variações, bem como a aspectos gerais da contabilidade pública.

- 65** O reconhecimento de provisões depende de uma estimativa do valor da obrigação a ser registrada na contabilidade, sendo permitido tal registro sem o conhecimento exato do valor da obrigação, devendo a estimativa do passivo ser confiável.
- 66** O objeto da contabilidade pública engloba o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público.
- 67** A mensuração é atribuição de valor monetário para itens do ativo e do passivo, enquanto a reavaliação consiste na adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo ou do passivo financeiro ou permanente.
- 68** A totalidade da dívida fundada do órgão público integrará o passivo financeiro, juntamente com outras obrigações decorrentes de pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- 69** Uma variação patrimonial diminutiva (VPD) pode ser decorrente da transferência da propriedade de um ativo para terceiro, pela redução do valor econômico de ativos ou pelo surgimento de um passivo.

Em relação a receitas, despesas, custos, plano de contas e demonstrações contábeis do setor público, julgue os itens seguintes.

- 70** Considera-se despesa corrente o valor registrado para devolução dos valores de cauções ou depósitos em dinheiro para garantia fornecida pelo contratado para prestar serviço de limpeza em órgão público, após o término do contrato.
- 71** São reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros provenientes de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.
- 72** Em estágios iniciais, quando o grau de maturidade da entidade é menor, as normas brasileiras de contabilidade para o setor público recomendam a aplicação do método de custeio por absorção parcial ou integral (custeio pleno) em razão do tratamento dado por essa metodologia aos custos diretos.
- 73** A arrecadação da receita é feita pelo regime de caixa, em contas de natureza financeira, do grupo 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a exemplo da conta “receita realizada”.
- 74** Um dos objetivos do balanço financeiro é evidenciar o superávit financeiro, que é utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Acerca da execução orçamentária e financeira, regimes contábeis, balancetes públicos e do disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), julgue os itens a seguir.

- 75** No balanço orçamentário, um superávit orçamentário ocorre quando as receitas realizadas forem superiores às receitas previstas na lei orçamentária.
- 76** No regime de caixa, é determinante que as receitas e despesas sejam reconhecidas, respectivamente, no momento do recebimento e do pagamento, independentemente da ocorrência dos fatos geradores.
- 77** O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, a qual não se refere a um passivo exigível, mas ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho.
- 78** Segundo o MCASP, as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, englobando informações de qualquer natureza exigidas pelas normas legais ou contábeis e informações adicionais não suficientemente evidenciadas nas demonstrações, desde que relevantes.

Julgue os itens que se seguem, relativos a auditoria independente, relatório de auditoria e conceitos pertinentes à auditoria.

- 79** A avaliação de controles internos é uma etapa opcional no processo de auditoria independente.
- 80** Um dos objetivos da auditoria independente é garantir a identificação de fraudes contábeis.
- 81** O relatório de auditoria com ressalva indica que as demonstrações financeiras apresentam distorções não relevantes o suficiente para uma posição adversa.
- 82** Fraude e erro devem ser tratados da mesma maneira na auditoria independente, pois ambos afetam as demonstrações financeiras.
- 83** A materialidade na auditoria refere-se à importância relativa de um item ou erro nas demonstrações financeiras.

Acerca de auditoria e perícia contábil, julgue os itens a seguir.

- 84** A avaliação do risco de auditoria inclui a consideração do risco inerente, do risco de controle e do risco de detecção.
- 85** O perito contador poderá prejudicar quesito formulado pelas partes quando ele não for capaz de oferecer resposta conclusiva sobre o tema abordado.
- 86** A continuidade normal dos negócios da entidade é um aspecto que deve ser considerado pelo auditor ao avaliar as demonstrações financeiras.
- 87** Os testes substantivos são realizados para verificar a eficácia dos controles internos.
- 88** Os papéis de trabalho de auditoria devem incluir apenas as evidências que suportem a opinião do auditor.
- 89** É desnecessário divulgar nas demonstrações financeiras as transações com partes relacionadas que tenham sido realizadas em condições normais de mercado.
- 90** A revisão analítica é um procedimento de auditoria que envolve a comparação de informações financeiras com expectativas desenvolvidas pelo auditor.
- 91** A carta de responsabilidade da administração deve ser assinada pelo auditor e pela administração da entidade auditada.
- 92** As contingências devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for provável que uma saída de recursos ocorrerá e seu valor puder ser estimado com razoável segurança.

Em relação aos tributos indiretos, julgue os itens a seguir.

- 93** A base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS para as empresas comerciais tributadas pelo lucro presumido é obtida por meio da receita bruta deduzida dos descontos incondicionais concedidos e das devoluções de vendas.
- 94** Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior do país.
- 95** O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando do fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios.
- 96** O ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do Brasil ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do Brasil.
- 97** As empresas tributadas pelo lucro presumido ou pelo lucro arbitrado devem calcular PIS/PASEP e COFINS com base na regra da não cumulatividade.

Julgue os itens seguintes, relativos ao imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doações (ITD).

- 98** Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, a instituição de ITD compete ao estado onde era domiciliado o *de cuius*, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- 99** No que diz respeito à doação em dinheiro, o recolhimento do ITD é devido ao município de residência do doador.
- 100** As alíquotas máximas do ITD são fixadas pelo Senado Federal.
- 101** No que diz respeito a bens imóveis e respectivos direitos, a instituição de ITD compete ao município da situação do bem ou ao Distrito Federal.
- 102** O referido imposto será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.

Julgue os itens subsequentes, com base na legislação que trata do imposto de renda retido na fonte.

- 103** O imposto de renda a ser retido será determinado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual a ser utilizado no lucro presumido, aplicável à espécie de receita correspondente ao tipo de bem fornecido ou de serviço prestado.
- 104** Os órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal que efetuarem pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços estão obrigados a efetuar a retenção na fonte de imposto sobre a renda.
- 105** O valor retido correspondente ao imposto de renda poderá ser compensado com o que for devido em relação aos tributos de competência federal.
- 106** O valor do imposto de renda retido na fonte será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação à mesma espécie de imposto.

Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

- 107** A função distributiva do Estado decorre do reconhecimento de que o mercado é incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa.
- 108** Os bens públicos podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade por meio do sistema de mercado, assegurando-se o fornecimento para todos os consumidores.

Acerca da estrutura programática, das classificações e dos créditos no orçamento público do Brasil, julgue os itens a seguir.

- 109** A classificação funcional é formada por funções e subfunções: enquanto a função diz respeito ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e deve estar relacionada à missão institucional do órgão de atuação, a subfunção é relacionada à área da despesa na qual a ação será executada.
- 110** As despesas decorrentes da criação de novos órgãos públicos inexistentes quando da aprovação da LOA do exercício serão suplantadas por meio de créditos adicionais suplementares.
- 111** A ação orçamentária denominada atividade, que não se incorpora ao patrimônio da União, é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.

Julgue os itens que se seguem, referentes à programação e execução orçamentária e financeira.

- 112** O principal instrumento de acompanhamento do orçamento da União é o plano orçamentário, que é aprovado na forma de anexo na LOA, possibilita a identificação orçamentária, de caráter gerencial, e tem por finalidade permitir o monitoramento da execução do orçamento de forma detalhada.
- 113** O termo de execução descentralizada (TED) é um dos instrumentos de que o governo federal dispõe para a implementação e o desenvolvimento das ações orçamentárias de forma descentralizada, possibilitando o repasse de uma atividade ou de um projeto para um ente subnacional.

No que diz respeito à receita pública, julgue os itens a seguir.

- 114** A partir da identificação da receita pública pelo código do tipo de arrecadação, é possível classificá-la segundo a sua natureza, como, por exemplo, quando se tratar de arrecadação de dívida ativa da respectiva receita.
- 115** As receitas correntes são aquelas que, em regra, têm efeito positivo sobre o patrimônio líquido, a exemplo das receitas tributárias, das patrimoniais e das transferências, independentemente da destinação dos recursos transferidos.
- 116** A etapa de recolhimento consiste na transferência dos valores arrecadados à Conta Única do Tesouro Nacional, observado o princípio da unidade de caixa.

Julgue os itens subsecutivos, referentes à despesa pública.

- 117** É vedada a concessão de suprimento de fundos ao servidor que tenha a seu cargo a utilização do material a adquirir, ainda que não haja outro servidor na repartição.
- 118** Caso uma lei de crédito especial seja publicada em 30/11/20X1 e o empenho da despesa correspondente ocorra no mesmo ano, sem que haja a liquidação, a despesa somente poderá ser inscrita em restos a pagar ao final de 20X2.
- 119** O empenho global é utilizado para despesas contratuais, desde que estejam sujeitas ao pagamento parcelado, mas cujo valor não se possa determinar de forma precisa.
- 120** Na classificação funcional, é aplicado o princípio da matricialidade, de modo que é cabível combinar uma função com subfunções que lhe sejam atípicas, uma vez que estas se referem à competência institucional do órgão, enquanto aquela diz respeito à natureza da ação governamental.